

TEORIA DO ATOR-REDE E SOCIOLOGIA ECONÔMICA: LIÇÕES E PERPLEXIDADES DE UM ENCONTRO*

ACTOR-NETWORK THEORY AND ECONOMIC SOCIOLOGY: A METATHEORETICAL ANALYSIS OF MARKET DEVICES

Rodrigo Cantu**

Introdução

A teoria do ator-rede nasce como uma antropologia da ciência e da tecnologia que explica as dinâmicas dessas áreas por meio de associações de elementos variados em redes: gráficos em experimentos de laboratório, máquinas, substâncias químicas, pessoas, animais, etc. Trabalhos que buscam introduzir essa teoria a iniciantes, como Latour (2012, 2016), tornaram-na mais conhecida e convidativa. Hoje, a teoria do ator-rede (TAR) já é suficientemente no-

tória. Na mais recente edição de seu compêndio sobre a teoria sociológica, Ritzer e Stepnisky (2018, p. 307) sugerem que “[e]m termos de contribuições para a teoria social de forma mais geral, a teoria do ator-rede é provavelmente a perspectiva mais importante nos estudos de ciência e tecnologia”. Originada nesse subcampo disciplinar, a perspectiva delineada nos trabalhos de Bruno Latour, Michel Callon, Madeleine Akri-ch e John Law se consolidou nas últimas décadas, no repertório teórico da sociologia e demais ciências sociais, aparecendo

* O presente artigo tem origem em uma palestra sobre Teoria do Ator-Rede e Sociologia Econômica no âmbito da I Jornada do Sociofilo (Diálogos entre teoria e empiria: tendências da sociologia contemporânea), realizada no segundo semestre de 2016 no IESP-UERJ. Para a elaboração deste texto, agradeço a generosa leitura e o diálogo com Simone Gomes, Frederic Vandenberghe, Diogo Corrêa e Alexandre Camargo. Agradeço ainda as pertinentes sugestões dos pareceristas anônimos da Revista Pós Ciências Sociais.

** Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), RS, Brasil. E-mail: rodrigo.cantu@ufpel.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6099-1200>.



em manuais e compilações internacionais e brasileiras (NEVES; SÁ, 2017; DILLON, 2014; LAUSTSEN et al., 2017; LEZAUN, 2017; KIVISTO, 2020). Esse reconhecimento é igualmente evidenciado na animada recepção concedida por várias áreas acadêmicas e subdisciplinas das ciências sociais. Além da sociologia e da antropologia, psicologia, educação, comunicação, educação física e administração somam-se às áreas nas quais a TAR teve algum impacto, sugerindo, portanto, seu alcance interdisciplinar (TSALLIS et al., 2006; LIMA et al., 2019; LEAL; VARGAS, 2011; SILVEIRA; STIGGER; MYSKIW, 2019; MORAES; ANDION; PINHO, 2017; ANDION et al., 2017).

Entre as subdisciplinas da sociologia, a sociologia econômica foi, talvez, uma das mais influenciadas pela TAR principalmente por meio dos trabalhos de Michel Callon e colegas (LEZAUN, 2017). O início de uma consistente incursão da TAR no terreno da economia se dá com o livro organizado por Callon (1998), *The laws of the markets*. Alguns marcos da trajetória dessa ascendência incluem, além de inúmeros artigos, o número de 2002 da revista *Economy and Society* (v. 31, n. 2), um número especial da *Sociological Review* em 2007 (v. 55, n. 2 suppl.), e uma sequência de livros em inglês e francês que desenvolve as principais contribuições dessa abordagem teórica com base nas noções de enquadramento (*framing*), transbordamento (*overflowing*), calculabilidade e performatividade (MACKENZIE; MUNIESA; SIU, 2007; CALLON et al., 2013; MUNIESA, 2014; CALLON, 2017; LAURENT; MALLARD, 2020; BIRCH; MUNIESA, 2020).

Ao longo das décadas de 2000 e 2010, a TAR lentamente se estabelece no debate da sociologia econômica. Apesar de não contar com um capítulo específico no célebre *Handbook of economic sociology*, de Smel-

ser e Swedberg (2005), na introdução do volume a contribuição de Callon é mencionada como uma linha de pesquisa relevante, assim como é citada no artigo de revisão do campo, publicado no Brasil por Swedberg (2004, p. 13). Alguns anos depois, os panoramas realizados por Fligstein e Dauter (2007, p. 118) e por Fourcade (2007) sobre a sociologia dos mercados se referem aos trabalhos de Callon e colegas como uma escola – a *escola da performatividade* – em virtude de sua ênfase no caráter performativo das ciências econômicas na construção de mercados. Outras revisões de temas associados à sociologia econômica reforçam a notoriedade da TAR nos debates da subdisciplina (FLIGSTEIN; DAUTER, 2007; KRIPPNER; ALVAREZ, 2007; FOURCADE; HEALY, 2007; CARRUTHERS; KIM, 2011; DAVIS; KIM, 2015).

No Brasil, a pesquisa em sociologia econômica igualmente incorporou a contribuição da teoria do ator-rede. Ainda há poucas traduções e publicações de Callon e seus colegas (2013) em português, com exceção de alguns textos que abordam, em alguns momentos, as questões da performatividade e da construção de mercados como agenciamentos (CALLON, 2004, 2008). Não obstante, as contribuições de Callon já fazem parte das discussões da sociologia econômica brasileira, conforme aponta a revisão de Nahoum (2017, p. 65-72). Destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Wilkinson (1996) sobre agroindústria, de Carneiro (2017) sobre certificação florestal, e de Onto (2016, 2017a, 2017b) sobre a política antitruste, além da discussão crítica realizada por Carneiro (2019) sobre a contribuição de Callon à sociologia econômica.

Essa sociologia dos agenciamentos mercantis, ou escola da performatividade, não se constituiu sem polêmica. Há contestações

salientes vindas da antropologia cultural, da metodologia da ciência econômica e da economia política, além da própria sociologia. Daniel Miller (2002) acusa Callon de ignorar aspectos culturais e de admitir equivocadamente a existência de relações econômicas que não estejam imersas em relações sociais mais abrangentes. Seguindo Karl Polanyi, Miller (2002, p. 221-222) aponta estar ciente de que muito de seu desacordo com Callon “repete a crítica substantivista do formalismo na história da antropologia”. Mirowski e Nik-Khah (2007) criticam a ausência de relações de poder na formulação da TAR obscurecendo, dessa forma, uma dimensão crucial de controvérsias econômicas. Discutindo o papel da ciência econômica nos leilões da *Federal Communications Commission* (FCC) dos EUA – um caso usado por outros autores a favor da formulação de Callon –, Mirowski e Nik-Khah (2007, p. 211) se perguntam: “seria este um exemplo de ‘performatividade’ ou seria mais um exemplo de forças maiores determinando os resultados econômicos, dissimulando suas atividades com uma névoa de argumentação ilustrada e matemática supérflua?” Finalmente, Ben Fine (2003, 2005) e John M. Roberts (2012) reprovam a fixação de Callon com os aspectos locais e concretos dos mercados. Esse viés sobrepuja dimensões suprassituacionais e abstratas de forças capitalistas que intervêm em sua formação e funcionamento. A maior parte desses críticos sugere, ainda, que a aplicação da TAR a objetos econômicos erra ao, supostamente, se alinhar de modo precipi-

tado à teoria econômica ortodoxa afastando-se, desse modo, de princípios normativos de coletivismo e de cooperação, tradicionais na sociologia (CHANIAL, 2011), em nome da aquiescência com um ordenamento social concorrencial e utilitarista¹.

Em resumo, a transposição da TAR a objetos econômicos, conforme afirmam MacKenzie, Muniese e Siu (2007, p. 54), “provocou muito interesse, mas também alguma perplexidade e não pouca confusão”. As formulações de Callon e cia. podem ser, de fato, desafiadoras. Tomemos, por exemplo, a definição de um de seus conceitos chave:

[...] agenciamento tem a mesma raiz que agência: agenciamentos são arranjos dotados de capacidade para atuar de diferentes formas dependendo de sua configuração. Isso significa que nada fica de fora dos agenciamentos: não há necessidade de maiores explicações, pois a construção de seu sentido faz parte de um agenciamento (CALLON, 2007, p. 320).

É compreensível a perplexidade na área da sociologia econômica quando se propõe que a agência não é uma propriedade das pessoas e que as ideias não fazem parte de uma dimensão distinta do mundo material, como sugerido na definição de agenciamento.

Considerando a consolidação da teoria e o persistente caráter desconcertante de certos enunciados da *escola da performatividade*, o momento é oportuno para aprofundar reflexões sobre essa abordagem. O objetivo

1. Retomando a clássica formulação de Polanyi (2000), os trabalhos da TAR na sociologia econômica operam, de acordo com essas críticas, conforme a ótica do “primeiro movimento” da Grande Transformação, observando como o pensamento econômico foi (e é) crucial para a desembutir, ideológica e materialmente, a economia do social. Em contraste, a nova sociologia econômica se desenvolveu defendendo que a economia sempre é inserida no social (“segundo movimento”).

do presente artigo é apresentar criticamente algumas bases dessa perspectiva e destacar algumas de suas contribuições no estudo de mercados. Com esse propósito, dois esforços são realizados no restante do artigo.

Em um primeiro momento, são discutidas algumas dimensões da arquitetura teórica da teoria do ator-rede objetivando um melhor entendimento de seus potenciais na área da sociologia econômica, bem como de suas limitações e da sustentação de suas críticas. Como contribuição a esse debate, este trabalho examina elementos metateóricos da TAR com implicações marcantes em sua sociologia dos mercados. O exame metateórico na sociologia tem enfatizado a importância da discussão sobre os pressupostos das teorias sociológicas para uma avaliação esclarecida de seus méritos, e também para seu avanço (ALEXANDER, 1987; RITZER, 2001; VANDENBERGHE, 2012; JOAS; KNOBL, 2017). Explorar as opções ontológicas, epistemológicas, metodológicas e normativas das teorias revela as bases que informam suas pesquisas empíricas. Normalmente cultivada na área de filosofia das ciências sociais, tal preocupação encontrou eco recentemente na sociologia econômica. O trabalho de Alejandro Portes (2010) emprega as ferramentas da investigação metateórica na subdisciplina e discute seus princípios, os mecanismos explicativos e os lugares estratégicos de investigação, inaugurando esse tipo de reflexão na sociologia econômica. Seguimos essa linha de pesquisa metateórica na sociologia e sua expressão específica na sociologia econômica, com o intuito de explicitar algumas premissas teóricas dos trabalhos de Callon e tornar seus usuários e críticos cientes de suas implicações. Muitas das perplexidades mencionadas podem ser entendidas como uma consequência de desentendimentos mais profun-

dos, para além de diferenças no arcabouço conceitual e nos resultados de pesquisa.

Em segundo lugar, com o propósito de apresentar a sociologia econômica da escola da performatividade, discutimos um caso, bastante comentado na subdisciplina, no qual Garcia (2003) investiga a construção de um mercado perfeito de morangos na França. Esse texto foi uma importante inspiração para Michel Callon (1998, p. 19-23; 2007, p. 335-336) em seu esforço de aplicar o instrumental da TAR a temas econômicos. MacKenzie et al. (2007, p. 7-8) destacam também a influência exercida pelo material de Garcia na formulação da ideia de performatividade da ciência econômica. Assim como na França, no Brasil o texto de Garcia é bastante presente em ementas de cursos de sociologia econômica e em publicações dessa área. Ao se tornar um caso discutido pela TAR, a partir da década de 1990, o texto se tornou cada vez mais conhecido e debatido também no mundo anglo-saxão. Os elementos destacados nesse caso servem como base para a discussão da seção seguinte, em que elaboramos algumas lições da pesquisa sobre objetos da economia com o emprego da TAR. Apesar do destaque que o tema da performatividade ganhou no debate da sociologia econômica, apontamos que a contribuição dos trabalhos de Callon e camaradas tem um escopo mais abrangente. Seguimos Carneiro (2019), que examina tal contribuição como uma sociologia dos agenciamentos mercantis. Nessa perspectiva, além da questão da performatividade da ciência econômica, são igualmente relevantes as lições do mercado como tarefa, e também da materialidade envolvida nas interações de mercado. Realizamos esta análise com o entendimento de que a chamada *escola da performatividade* deve ser enquadrada dentro de uma discussão de como

a arquitetura da teoria do ator-rede se aplica na economia.

Este artigo está organizado em mais quatro seções, além desta introdução. Nas próximas duas seções (1 e 2), são discutidos alguns elementos teóricos e metateóricos que estruturam a teoria do ator-rede. As duas seções subsequentes (3 e 4) apresentam, primeiro, o caso do mercado de morangos de Garcia e, depois, as lições derivadas da TAR e dos trabalhos de Callon. A última seção conta com alguns comentários finais, à luz da discussão realizada ao longo do texto.

1. A teoria do ator-rede: uma apresentação geral

Como a teoria do ator-rede constrói suas explicações? Os fenômenos são explicados por meio dos conceitos de agregados, *assemblages*, agenciamentos ou redes sociotécnicas. Trata-se de termos que denotam aproximadamente a mesma coisa, embora os diversos textos dos fundadores da TAR expressem preferência ora por um, ora por outro. O conceito central nessa tradição teórica, as redes sociotécnicas, explica dinâmicas específicas ao relacioná-las com um conjunto mais abrangente de elementos. Essa relação tem um sentido amplo: o cinto de segurança em automóveis, por exemplo, está inserido em uma rede de elementos, tais como o motorista humano, o restante do carro, as normas de trânsito que exigem seu uso, os relatórios de acidentes associando vitimação à ausência de cinto, a atenção de guardas de trânsito a seu uso, as ideias sobre segurança no trânsito, a engenharia dos veículos, dentre outros aspectos. A lista pode ser expandida. A lição a guardar é que estamos lidando,

conforme um bordão da TAR, com um conjunto de *elementos heterogêneos*, um combinado de humanos, objetos de todo tipo, textos, estatísticas e teorias.

Essa rede possui, então, uma forma, segundo os elementos incluídos ou excluídos e segundo seu modo de conformação. Possui, ainda, agência, de acordo com essa forma. Um analista TAR, em um exame situacional, explicaria o ato de um motorista colocar o cinto de segurança em seu veículo não como fruto da intencionalidade do humano nesse contexto, mas como derivado da ação desse conjunto de elementos envolvidos². Há algum tempo, vários modelos de automóvel contam com um sistema de sinalização sonora, quando, ao dar a partida, o motorista deixa de colocar o cinto. Suponhamos que o carro, em uma situação hipotética, não tenha esse sistema; o motorista sabe ainda que não haverá guardas realizando a fiscalização no seu trajeto. Embora consciencioso com a segurança, nosso motorista esqueceu de colocar o cinto e assim permaneceu até o seu destino. Em uma situação hipotética alternativa, o sistema e o guarda estão presentes, o que significa, analiticamente, que estão inseridos na rede sociotécnica em questão. O motorista dá a partida no carro pensando nas questões que terá de resolver logo mais no trabalho e desatento ao cinto. Ele coloca, então, o cinto poucos segundos após dar a partida, reagindo ao barulho irritante do sistema que o sinaliza desatado. O cinto o lembra, igualmente, da fiscalização no caminho e, mentalmente, ele agradece ao sistema que o avisou. Assim, os diferentes resultados empíricos são explicados pelo agregado de elementos. A ausência de alguns deles na primeira situação produz um resultado distinto

2. Esse exemplo é uma versão modificada do encontrado em Latour (1992).

da segunda. A modalidade da ação contextual é derivada da forma da rede.

A ideia de rede sociotécnica trabalha também o tema das diferentes dimensões da existência, do micro ao macro. A dimensão macro é definida por uma rede com muitos componentes. Quanto mais elementos e atores uma rede abarcar, maior será sua escala. O termo *alistamento* define essa agregação de novos componentes na rede. A segunda rede de segurança no automóvel descrita acima, por exemplo, tem uma maior abrangência do que a primeira. Nos termos da TAR, os elementos que a compõem (como o sistema de sinalização sonora e visual quando o motorista deixa de colocar o cinto) permitem um alistamento de mais atores. São, assim, alistados na rede de maneira suficientemente bem-sucedida os inúmeros motoristas descuidados que dirigiriam com menor proteção. A conceitualização TAR vê esses elementos presentes em vários lugares do mundo enquanto um macroator, convertendo a tecnologia automotiva, moldando as normas de trânsito e governando o modo de estar no trânsito de muitas pessoas.

Se o termo alistamento remete ao léxico militar, ao recrutamento para se cumprir uma missão, é porque a agência da rede não é amorfa e acidental. Pelo contrário, ela expressa um *programa de ação* (LATOUR, 1992). Embora pouco frequente nas reflexões da TAR, esse é um dos melhores termos encontrados nessa literatura para discutir o vetor desse agregado heterogêneo. Se a rede faz coisas, qual é o seu propósito? O cinto de segurança, o sistema de aviso sonoro, a fiscalização por guardas: esses elementos se reúnem para realizar no mundo um programa de segurança no trânsito. Vacinas, funcionários da vigilância sanitária, processos de antisepsia e pesquisadores da saúde fazem parte da rede sociotéc-

nica, cujo programa é uma forma específica de cuidado com a higiene e a saúde humanas. Os processos e elementos contrários a esses vetores também auxiliam no entendimento dessa noção. O antiprograma da segurança no trânsito pode ser exemplificado com o conjunto composto pela displicência de motoristas, por iniciativas legislativas de relaxamento de normas e por estruturas de mercados no qual o preço de automóveis com sistema de sinalização da ausência do cinto é proibitivo. Os grupos antivacina com motivações religiosas também ilustram um contraprograma de cuidado da saúde e higiene, com base em uma rede povoada por outros seres.

Também é possível entender a rede sociotécnica como uma ferramenta teórica que explica a estabilidade no mundo. O grande número de motoristas que aderem diariamente ao cinto de segurança, o grande número de crianças vacinadas, de pessoas que usam desinfetantes em casa todos os dias seriam regularidades produzidas pela agência das redes. A riqueza de comportamentos possíveis no trânsito e no cuidado com a saúde são reduzidos àqueles previstos por agregados heterogêneos. Um conceito associado a esse tema é o de *caixa preta* (*black box*). Normalmente associado à inacessibilidade ou àquilo que não precisa ser questionado, o termo resume a ideia de associações consolidadas. Colocar elementos nessa caixa significa exatamente estabilizar e solidificar suas associações, uma vez que sua reabertura possui um custo.

Múltiplas escalas, do micro ao macro, e regularidades são alguns dos focos da TAR. Entretanto, seu *habitat* natural é a análise da dinâmica, seja ela científica, tecnológica ou social. De que forma a rede sociotécnica, conceito central do modelo explicativo, é utilizada para entender processos e mu-

danças? As redes se constroem: elementos são excluídos e adicionados no processo. Seguir a história das associações realizadas e colocadas em caixas pretas permite explicar resultados em termos de paradigmas tecnológicos ou de arranjos sociais. Latour (1984), por exemplo, apresenta a sequência na qual os conhecimentos do laboratório de Pasteur se ligam com os higienistas e seu receituário de políticas sanitárias. Em um primeiro momento, na década de 1870, os higienistas propuseram diagnósticos vagos sobre os problemas da saúde pública. Como consequência, as propostas desfrutavam de pouco alcance e impacto. Na década seguinte, esses atores se associaram ao laboratório de Pasteur e ao diagnóstico de que vários problemas de saúde pública são causados pela vida microbiótica. A transformação das associações que compunham essa rede, produziu o impacto que conhecemos hoje nas práticas e nos instrumentos de saúde e higiene.

Qual é o fator em ação na composição, decomposição e recomposição de redes sociotécnicas? A TAR aposta nos testes de força como mecanismo que determina esses processos. Latour (1984) é talvez a principal fonte para examinar esse tema. Na segunda parte do livro, o autor apresenta aforismos e seus corolários, oferecendo ao leitor um panorama dos princípios da TAR. Examinemos alguns desses enunciados, que resumem o mecanismo da dinâmica das redes:

1.1.2 Só existem provas de força, de fraqueza. Ou, posto mais simplesmente, só existem provas. Esse é meu ponto de partida: um verbo, “provar”.

1.1.3 Só existem provas (de força, de fraqueza) porque nada é, por si mesmo, redutível ou irreduzível a qualquer outra coisa. O que não é redutível ou irreduzível tem que ser testa-

do, contado e mensurado. Não há outro jeito (LATOUR, 1984, p. 177).

Nessas máximas, revela-se a relação entre provação e irreduzibilidade. As associações de uma rede sociotécnica emergem por meio de testes de força que transformam uma realidade composta por elementos, em princípio irreduzíveis uns aos outros, em um agregado reduzido aos termos da rede. Essa redução não é definitiva e sua resistência é variável: pode-se tratar de uma caixa preta muito bem fechada ou frouxa. Enquanto o tópico irredução/redução oferece um novo léxico para falar da composição da rede e de seus alistamentos, as provações são a chave para entender como essa dinâmica se desenrola.

É preciso, agora, recolocar a discussão sobre provas no terreno processual e diacrônico. A ideia de provações de força sugere um mundo agonístico, de rivalidade e luta. Uma vez que o mapeamento dos programas e das provas não é apenas sincrônico, a TAR passa a figurar como uma teoria da história de *controvérsias* e *disputas* entre programas das redes sociotécnicas. Quando anunciam, em outro de seus bordões, que devemos seguir os atores, os autores da TAR remetem à tarefa de reconstituir a trajetória das provas de força pelas quais a rede é constituída. São trajetórias marcadas pela disputa: as redes são tecidas pela permanente mensuração de forças entre programas e atores. A ênfase no rastreamento de processos conflituosos tomou corpo no projeto *Mapping Controversies*, coordenado por Latour.

A TAR explica o fluxo de fenômenos do mundo por meio do exame das disputas e controvérsias de longo prazo, e da dinâmica das provas de força que transformam as redes sociotécnicas ao incluir, excluir ou metamorfosear seus elementos. Esse rastrea-

mento da trajetória do objeto de estudo permite entendê-lo com base no programa da rede, em suas agências específicas e sua escala. A escala do agregado é definida pelo número de elementos associados e pelo grau de irreversibilidade das associações. Diante da multiplicidade infinita de forças em jogo no mundo, a TAR oferece uma explicação sobre sua inesperada estabilidade ao mesmo tempo em que propõe uma explicação da mudança das tecnologias e instituições.

2. A teoria do ator-rede: alguns fundamentos metateóricos

É com base em pressupostos que a teoria produz entendimentos sobre a realidade (LAKATOS, 1979). Neste espaço, discutiremos algumas premissas da TAR com o objetivo de entender por que essa teoria explica as coisas da maneira como explica. Essas observações servirão de base para as ponderações sobre a aplicação da TAR ao estudo de mercados e para o exame de suas críticas. Buscamos inspiração nos trabalhos de Vandenberghe (2006, 2017) para situar a TAR no mapa das teorias sociais. De acordo com Vandenberghe, trata-se de uma teorização pós-humanista, ou seja, uma teoria na qual características humanas, como subjetividade e valores, não possuem uma atribuição primária na configuração do mundo social. Contrastando as bases filosóficas da teoria do ator-rede com o marxismo, por exemplo, Vandenberghe (2017, p. 51) define-a como uma teoria da alienação sem alienação:

[...] a essência do humano é ter nenhuma essência. Dado que os humanos têm nenhuma essência, eles não podem expressar seu 'ser genérico' (*Gattungswesen*) em seu trabalho e, como resultado, eles não podem mais ser alienados dele. [...] [O pós-humanismo] po-

de ser descrito como uma teoria da alienação sem alienação.

Tendo essa posição como pano de fundo, propomos as noções de ontologia plana e vitalismo para examinar os fundamentos da TAR, a qual adere à ideia de que todas as coisas no mundo existem em um mesmo nível. Ontologia plana é o termo frequentemente utilizado para indicar essa perspectiva, definindo que "todas as entidades estão em pé de igualdade ontológica e que nenhuma entidade, seja artificial ou natural, simbólica ou física, possui maior dignidade ontológica do que outros objetos" (BRYANT, 2011, p. 246). Trata-se de uma posição filosófica associada, principalmente, aos trabalhos de Gilles Deleuze, embora os autores fundadores da TAR jamais tenham reivindicado uma filiação direta. Deriva dessa posição a prescrição metodológica que urge não diferenciar humanos de não humanos. Nesse sentido, ideias e entidades concretas, objetos simples (uma porta) e complexos (um relatório sobre fome no mundo) são igualmente nivelados. A influência dessa posição metateórica nos trabalhos de Callon não é inteiramente desconhecida na discussão da sociologia econômica. Em uma comparação com as perspectivas de Bourdieu e Granovetter sobre a economia, Philippe Steiner (2018, p. 195), por exemplo, destaca como a visão da TAR se baseia em "um social fluido e plano (sem uma estrutura sobrepujante, como o simbólico)".

A adesão à ontologia plana é talvez uma das principais fontes da atração e da perplexidade produzidas pela TAR. A teoria social clássica se baseia na diferenciação e hierarquização ontológica entre vida mental e mundo externo, entre subjetividade e mundo objetivo, entre humano e não humano. Teóricos da ontologia plana, co-

mo Gabriel Tarde (2007), foram secundarizados na construção do cânone disciplinar que favoreceu Marx, Weber e Durkheim³. Seja como exteriorização no trabalho, como sentido promovido por um líder carismático ou como consciência coletiva, a dimensão subjetiva e simbólica da vida social possui propriedades existenciais particulares na obra desses três clássicos. Entendemos, assim, porque a TAR propõe uma nova definição da sociologia como associologia: ela se insere em um esforço de revisionismo disciplinar, aderindo a premissas que estavam presentes em teorias marginalizadas na construção da sociologia no século XX.

Se assumirmos uma ontologia plana, a tarefa do teórico se volta, então, para a construção de ferramentas conceituais para examinar o comportamento dessas entidades no mundo. Agregados, *assemblages*, agenciamentos e redes sociotécnicas são algumas das soluções conceituais para esse desafio. Há outras opções com claro parentesco. A rede sociotécnica pode ser encarada como irmã da noção de *dispositivo*, que acompanha a ênfase do papel de conjuntos heterogêneos (BEUSCART; PEERBAYE, 2006). A utilização dessa noção desponta nos escritos de Foucault, por exemplo, a partir da metade da década de 1970, quando ele passa a escrever sobre governamentalidade. Em uma definição frequentemente citada, o autor de *Vigiar e punir* entende dispositivo por

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organi-

zações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1985, p. 244).

Agamben (2009) concebe não somente os grandes objetos como dispositivos, mas também a caneta, a escrita, a literatura, a agricultura, os cigarros, a navegação, os computadores, os telefones celulares, as paredes, as janelas, os cintos de segurança, as chaves, e as paredes, etc. A TAR não está sozinha, como sugerido por essa afinidade conceitual, e se insere em uma constelação de teorizações contemporâneas que se opõe ao cânone pela adoção da ontologia plana.

Como segundo elemento da discussão sobre suas premissas, pode-se ainda afirmar que a TAR é uma teoria social *vitalista*. O vitalismo, nas ciências sociais e em filosofias relacionadas, entende o mundo como multiplicidade e devir⁴. A vida, aqui, é um termo que significa a força da heterogeneidade do que existe, em seu indestrutível potencial de permanente transformação. Para esclarecer essa perspectiva, frequentemente se remete a posições na filosofia antiga, tais como a de Heráclito e sua imagem de um rio em constante fluxo e mudança, em oposição a filosofias da permanência, como em Parmênides e em Platão. O vitalismo também é caracterizado pelo monismo, negação do dualismo (entre sujeito e objeto, por exemplo), o que sugere sua compatibilidade com a ontologia plana. Finalmente, trata-se

3. A indicação desse cânone sugere apenas que sua influência talvez ainda seja *de facto* preponderante nas ciências sociais no Brasil. O autor não ignora e, na realidade, anseia pela emergente revisão de uma leitura eurocêntrica da modernidade na origem da sociologia (GOODY, 2012; BHAMBRA, 2014; ANIEVAS; NIŞANCIOĞLU, 2015) e pela revisão de seu cânone disciplinar (CONNELL, 2007; ALATAS; SINHA, 2017).

4. Para uma introdução à noção de devir de acordo com Gilles Deleuze, uma das inspirações da TAR, ver Zourabichvili (2019).

de uma perspectiva que pressupõe e se interessa pelas formas emergentes dessa multiplicidade em devir.

Para aprofundar essa discussão do vitalismo e entender como a TAR se insere em uma longa tradição, seguimos Lash (2006) em sua divisão dos vitalistas modernos em três gerações: a primeira representada por Friedrich Nietzsche e Gabriel Tarde; a segunda, por Henri Bergson e Georg Simmel; e, por fim, a terceira, por Gilles Deleuze, Michel Foucault e Antonio Negri. Cada um desses autores constrói ferramentas conceituais distintas para examinar como a multiplicidade em devir assume eventualmente (e provisoriamente) forma. A moralidade do escravo em Nietzsche, o discurso de Foucault, as formas sociais de Simmel, o “atual” de Deleuze: são conceitos que captam essa estabilização provisória ou captura transitória da riqueza da vida. A rede sociotécnica e os agregados da TAR podem ser entendidos como mais uma contribuição conceitual para expressar a estabilização nas teorizações vitalistas.

O vitalismo tem implicações importantes para a investigação empírica, as quais estão refletidas em vários aspectos da TAR. Por um lado, a mudança e o surgimento do novo se acomodam satisfatoriamente na teorização, pois a dinâmica transformativa é considerada uma propriedade intrínseca do mundo. Desse modo, é fácil entender por que a descoberta científica e a inova-

ção tecnológica são focos de atenção centrais. Por outro lado, desenha-se uma maneira particular de se pensar a estabilidade. Se a transformação é a propriedade básica do que existe, não é a mudança que deve ser objeto das principais reflexões da teoria, mas a estabilização de certas formas. O papel de ferramentas conceituais, como dispositivo, agenciamentos e redes sociotécnicas, se torna mais claro no enquadramento do vitalismo.

Apresentamos até aqui alguns aspectos básicos da TAR. Seus modos de explicação e seu núcleo “metafísico” foram examinados a fim de entender como essa teoria se coloca como um programa de pesquisa. Na próxima seção, voltamos a um caso empírico que serve de base para a discussão da heurística positiva da TAR na sociologia econômica.

3. O caso dos morangos

O texto “A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-Sologne”, de Marie-France Garcia, foi publicado originalmente em francês, em 1986, na revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, do grupo de Pierre Bourdieu. Uma versão em português do texto aparece na revista *Estudos Sociedade e Agricultura* do CPDA-UFRRJ, em 2003⁵. Cabe destacar, ainda, a publicação do texto em inglês em MacKenzie et al. (2007), com um posfácio

5. Muito relevante para os estudos sobre mercados na sociologia e antropologia internacional, esse artigo se insere na longa trajetória de pesquisa de Marie-France Garcia, na qual se destacam os estudos de feiras e mercados. Cabe destacar como a carreira dessa autora se entrelaça com o mundo acadêmico brasileiro: ela foi aluna do PPGAS-Museu Nacional no mestrado, onde contribuiu com pesquisas sobre o campesinato no Nordeste brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, coordenadas por Moacir Palmeira. Garcia (1996), por exemplo, explora de maneira cruzada os materiais desse trabalho de campo no Brasil e da pesquisa sobre o mercado de morangos na França. Tomando em conta essa genealogia de seu trabalho, pode-se considerar que as etnografias sobre a transformação econômica no campo brasileiro participaram, portanto, da formação da sociologia econômica internacionalmente.

que comenta a evolução posterior do mercado estudado no artigo. O texto foi uma das fontes empíricas da reflexão de Michel Callon sobre mercados. Nesta seção, resumiremos alguns pontos relevantes desse artigo de Garcia para nossa discussão. Buscaremos explicitar qual é a problemática do texto e discutiremos, na sequência, os resultados do trabalho.

A problemática do trabalho consiste na transformação econômica local. O artigo (GARCIA, 2003) trata de um mercado de morangos de mesa que funciona nos arredores da comuna de Fontaines-en-Sologne, povoado localizado a cerca de 200 quilômetros ao sul de Paris. A modalidade *de mesa* se refere aos frutos produzidos para o consumo fresco e não como produto intermediário para a indústria de cosméticos ou alimentícia. Primeiro, a autora descreve o funcionamento do mercado no presente (1986), período que chamaremos de t_1 . Nesse momento, o mercado funciona como uma bolsa de morangos, formato que garante características muito próximas àquelas de um mercado de concorrência perfeita. Em seguida, ela apresenta como funcionavam as transações que escoavam os morangos dessa região produtora antes de 1979, em t_0 . Nesse período, as transações possuíam características muito distintas da concorrência perfeita, pois as transações eram realizadas

entre redes de produtores e de atravessadores. As evidências apresentadas por Garcia remetem à distinção, no jargão financeiro, de mercados de bolsa e mercados de balcão⁶. Ambos os métodos são utilizados nos mercados agrícolas e pecuários da França e do mundo, embora o modelo de balcão, com redes de produtores e de atravessadores ou com organização em cooperativas, seja mais comum. Enquadrada dessa maneira, a problemática do texto se refere aos determinantes, em mercados agrícolas e pecuários, da adoção do modelo de bolsa – modelo incomum nesses setores. Em outras palavras, por que os produtores de morango de Fontaines-en-Sologne abandonam o modelo de balcão vigente em t_0 e adotam o modelo de bolsa em t_1 ?

Esse problema específico se relaciona, entretanto, com um problema mais amplo que expande o escopo e interesse do trabalho. Normalmente, mercados de bolsas atendem melhor às exigências para se enquadrar no que a teoria econômica chama de mercado de concorrência perfeita. Nessa forma de concorrência, os seguintes critérios precisam ser atendidos: atonicidade ou existência de um grande número de compradores e vendedores, de modo que seja impossível influir individualmente no preço; homogeneidade do produto, pois a distinção fragmenta o mercado; ausência de

6. Mercados de bolsa organizam transações entre vários atores de maneira centralizada. Preços, quantidades e características dos bens transacionados são públicos, e informações sobre as transações registradas são difundidas rapidamente a todos os atores do mercado. Bolsas de valores, tais como a B3 no Brasil, são um exemplo desse tipo de mercado. Transações em um mercado de balcão não são centralizadas, e tampouco há necessidade de publicização de preços e quantidades transacionadas. Trata-se de um termo, geralmente empregado no mundo financeiro, para descrever mercados de título que não se adequam à padronização exigida por bolsas. Entretanto, o modo de operação desse modelo pode igualmente ser ilustrado pelas transações de morangos de Fontaines-en-Sologne em t_0 , realizadas individualmente e de modo descentralizado por atravessadores nas fazendas dos produtores. Uma descrição aprofundada desses dois tipos de mercado pode ser consultada na Instrução CVM 461/2007 – norma vigente sobre regulação de bolsas no Brasil quando da redação do presente texto.

barreiras à entrada e à saída, para que o mecanismo de incentivos desse mercado opere livremente; e simetria de informação ou transparência sobre preços, quantidades e outros parâmetros relevantes, para subsidiar sem disparidades as decisões dos agentes econômicos. Essas quatro características de um mercado de concorrência perfeita fazem parte do senso comum da teoria econômica contemporânea e, de acordo com Garcia, são atendidos pelo mercado de morangos estudado. Compreender o processo de adoção do modelo de bolsa é então compreender a formação de um mercado perfeito.

Por que se preocupar com a concorrência perfeita? Garcia tem como foco os fatores sociais associados a tal forma de mercado. A autora insere o problema do trabalho em uma discussão com o argumento do clássico manual de Samuelson (1973), segundo o qual os fatores sociais seriam uma variável residual, secundários às considerações racionais dos agentes em um contexto de mercado. Seria esse realmente seu papel na construção de um mercado perfeito? A resposta de Garcia é negativa. Seu papel é maior e determinante. Antes, porém, de avaliar os motivos apresentados pela autora, cabe expandir sua reflexão sobre concorrência.

Há duas considerações adicionais que merecem atenção no tema da concorrência perfeita. Em primeiro lugar, sua impor-

tância jaz nas implicações normativas dessa forma de concorrência para a teoria econômica ortodoxa. Nem todo arranjo de mercado produz o melhor resultado em termos de bem-estar. Na concorrência imperfeita (monopólios, oligopólios), os agentes econômicos podem tirar vantagens por meio de informações privilegiadas ou pelo poder de estabelecer os preços em detrimento dos outros agentes. O resultado é subótimo, nesse caso. A concorrência perfeita, nessa visão, seria o arranjo que garante o ótimo de Pareto, uma situação na qual todos os atores alcançam os melhores resultados, em termos de bem-estar, sem prejudicar outrem. Nesse cenário, o mercado produz o melhor resultado social possível. Qualquer alteração nessa forma de concorrência, produziria o ganho de um agente em detrimento da situação de outros⁷. A segunda razão para se ocupar com o tema da concorrência perfeita está na possibilidade de observar o nascimento desse arranjo virtuoso no mundo empírico. Há uma série de implicações nessa possibilidade, várias delas em termos de recomendações para políticas públicas: como reproduzir tal experiência, como mantê-la? Quais ajustes devem ser realizados para aperfeiçoar os benefícios da concorrência? Contudo, a implicação mais importante talvez seja científica: os resultados em termos de bem-estar são realmente aqueles previstos pela teoria?⁸

7. A ideia de bem-estar no contexto da análise de concorrência é muito específica e pode soar, com razão, muito estranha a ouvidos que não passaram pelo treinamento formal em um curso de ciências econômicas. Refere-se ao conceito de excedente do produtor e do consumidor, ou seja, a diferença entre o preço efetivamente pago por um bem e o valor que o consumidor está disposto a desembolsar por um bem ou que o produtor está disposto a vender. Quando há a maximização desses excedentes, há o melhor resultado em termos de bem-estar. A concepção dinâmica de concorrência de Schumpeter com inovações tecnológicas desafia a concepção ortodoxa acerca de concorrência perfeita e bem-estar. Para uma introdução a essa visão alternativa, ver Possas (2013).

8. Para uma investigação inspirada pela TAR sobre a regulação da concorrência como política pública no Brasil, ver Onto (2016, 2017a, 2017b).

Em uma avaliação dos resultados apresentados por Garcia, não é possível rejeitar a conjectura da teoria econômica: a eficiência e os ganhos aparecem como condição necessária para a emergência do mercado de bolsa⁹, porém não como condição suficiente. Tais condições são exploradas por Garcia em duas seções do artigo¹⁰ que sustentam que um grupo de produtores em associação com outros atores, especialmente com um assessor econômico do conselho regional, foram cruciais. Esse grupo buscou moldar o mercado de acordo com uma visão construída a partir de seu maior capital escolar, econômico e social, em detrimento de produtores e de atravessadores apegados a visões tradicionais do negócio. Circulação profissional fora da região, maior escolaridade, donos das maiores propriedades e da maior produção de morango, adeptos das mais modernas técnicas de produção, membros-chave de associações e sindicatos inseridos na política local: essas são algumas das propriedades sociais que distinguem o grupo de agricultores que abraçou a ideia do mercado de bolsa de morangos e impulsionou sua implementação. Esses trunfos sociais foram aplicados no convencimento de outros produtores e atravessadores em um trabalho político marcado por contestação, mas que, ao final, transformou as transações locais. Garcia (2003, p. 24-25) resume seus resultados da seguinte maneira:

Constata-se assim que a criação do mercado de Fontaines-en-Sologne é mais próxima de uma “invenção social” devida ao trabalho de alguns indivíduos interessados, por dife-

rentes razões, em mudanças das correlações de força entre agricultores e comerciantes do que à aparição espontânea de um mecanismo liberador de energias econômicas que se importaria graças à racionalidade e à eficácia de seus processos. Como esse mercado implicou em ruptura com práticas correntes, sua criação não só representou um custo em investimentos materiais e psicológicos e um trabalho político para convencer os parceiros econômicos a aderirem como também supôs confronto com os expedidores para que aceitassem participar desse mercado. Não foi, portanto, um simples desenvolvimento de relações mercantis já existentes, produto de um mecanismo que se aperfeiçoaria na medida em que ocorressem interações entre parceiros comerciais: as práticas constitutivas desse mercado não são práticas mercantis.

O trabalho de Garcia coloca questões relevantes, mobiliza um material rico, fruto de uma exemplar pesquisa de campo, e chega a resultados que se inseriram solidamente nos debates da sociologia econômica. Um dos principais méritos do artigo está na relação feita entre o estudo de caso e as questões históricas e disciplinares bastante amplas. Garcia toma um objeto muito local, com pouca expressividade econômica ou simbólica, e discute um dos temas mais contundentes das ciências sociais: o desenvolvimento das relações de mercado. Nesse movimento, a autora dialoga com a teoria econômica tradicional e com todo o restante das ciências sociais que se debruçam sobre temas econômicos. História do capitalismo, neoliberalismo e bases institucionais das

9. O que, aqui, chamamos de discussão dos resultados pode ser encontrada nas seções “Mão invisível ou criação permanente”, “Os efeitos econômicos e sociais do mercado computadorizado”, “A evolução do mercado de Fontaines” e “Um mercado sob medida para agricultores sob medida”.

10. Nas seções “As características sociais dos promotores do mercado de Fontaines” e “O trabalho de criação do mercado computadorizado”.

economias, por exemplo, estão entre os temas com os quais se vincula o estudo de alguns agricultores de uma vila de pouco mais de 500 habitantes no começo da década de 1980. O material do caso e o deslocamento do micro ao macro chamaram a atenção de Michel Callon. Em alguns de seus trabalhos, Callon sugere como é possível reconceitualizar o caso do mercado de morangos de acordo com a TAR. Na próxima seção, são elaboradas essas sugestões de Callon.

4. Lições da TAR: a materialidade e a performatividade no mercado

A leitura que Michel Callon (1998, p. 19-23) faz do artigo de Garcia assume um papel importante na aplicação da perspectiva da teoria do ator-rede à economia. Tal leitura serve como um convite a explorações sobre esse caso exemplar e instrutivo. Avançamos aqui algumas reflexões sobre três lições dessa abordagem, com base no artigo de Garcia: o caráter induzido e não espontâneo do mercado; e a materialidade do enquadramento mercantil e a performatividade da ciência econômica. Essas lições constituem algumas das principais contribuições para uma sociologia econômica inspirada na teoria do ator-rede.

A primeira lição trata do surgimento de mercados. De acordo com a TAR, eles são uma tarefa e não fenômenos espontâneos das relações humanas. A pesquisa empíri-

ca inspirada nessa teoria deve levar a sério essa intuição. Callon (1998, p. 20-23; 2007, p. 335-336) destaca que o mercado de bolsa de Garcia exigiu não apenas um esforço considerável para sua criação, mas também um trabalho contínuo para sua manutenção. Comportamento oportunista, conchas e transações fora do mercado são constantes, de acordo com o material recolhido pela autora. Um monitoramento permanente é necessário para que a concorrência perfeita se mantenha. Essa perspectiva tem implicações para o posicionamento da TAR no debate econômico, e a coloca em contraste com certa visão sobre o ser humano presente na ciência econômica ortodoxa, desde Adam Smith, segundo a qual ele seria definido pela propensão natural, à organização de mercado¹¹.

Essa perspectiva dialoga com o argumento de Bruno Amable (2011) sobre as convicções atuais do livre mercado. Enquanto o liberalismo clássico do século XIX concebia o mercado como um arranjo que emerge espontaneamente das interações humanas, na ausência de intervenção estatal, o neoliberalismo dos séculos XX e XXI o concebe como uma realização que deve ser deliberadamente produzida e mantida, muitas vezes pela própria iniciativa do Estado. De todo modo, reconhece-se que o mercado é apenas mais um – e não o único – arranjo econômico possível, quando os atores são deixados por si

11. Essa concepção pode ser exemplificada com um famoso trecho no primeiro capítulo da Riqueza das Nações, no qual Smith comenta sobre a origem na divisão do trabalho. “Assim como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho. Em uma tribo de caçadores ou pastores, por exemplo, uma determinada pessoa faz arcos e flechas com mais habilidade e rapidez do que qualquer outra. Muitas vezes trocá-los-á com seus companheiros, por gado ou por carne de caça; considera que, dessa forma, pode conseguir mais gado e mais carne de caça do que conseguiria se ele mesmo fosse à procura deles no campo” (SMITH, 1983, p.74).

mesmo. O *laissez-faire* é, na verdade, intervencionista. Com base nessa intuição, é possível explicar não somente a existência de órgãos de regulação da concorrência, como também a de políticas pró-mercado na seguridade social (políticas focalizadas, *workfare*), na educação (sistema de *vouchers*) e nas políticas de trabalho (incentivo ao empreendedorismo). Ao deslindar a construção de um mercado específico, a leitura que Callon faz de Garcia contribui com a reflexão sobre as questões que se colocam na dimensão micro e acontecimento¹² do neoliberalismo.

Ao remeter essa lição aos elementos metateóricos discutidos anteriormente, destaca-se, porém, que essa relação com outras literaturas não se dá sem tensões. O mercado como tarefa, nos trabalhos de Callon e colegas, deve ser entendido no quadro da premissa de multiplicidade e devir na realidade. Assim como outras organizações, instituições ou formas de interação social regular, o mercado emerge de investimentos para incorporar diferentes elementos em um agenciamento, reduzindo uma multiplicidade constitutiva da realidade ao seu programa e, assim, produzindo as regularidades que observamos em interações com compra e venda, concorrência, maximização da utilidade esperada, etc. Desse modo, toda forma econômica estabilizada no mundo é, por princípio, fruto de um esforço de integração em um agenciamento e, portanto, uma tarefa. A perspectiva de Amable (2011), distintamente, se fundamenta na ideia de que a construção e a expansão de mercados re-

sultam de relações de poder e de interesses, propriedades determinantes concedidas a agentes humanos¹³. Como resultado dessas bases distintas, essas duas abordagens concordam, de modo muito particular e instável, que o mercado não surge espontaneamente das interações humanas. Para uma, as formas sociais regulares dependem de um agenciamento e, para a outra, de determinada propriedade humana.

A segunda lição versa sobre a materialidade do mercado. O arranjo das coisas determina a forma das relações econômicas. O mercado como realização só existe por conta de transformações nas interações das pessoas, produzidas pela mudança na organização dos elementos da situação. Essa perspectiva sobre o fenômeno deriva do modelo explicativo da TAR, que atribui a forma e o resultado da ação ao agenciamento. O que o caso estudado por Garcia nos ensina sobre essa tecnologia de mercado? Em um mercado perfeito, os atores devem ser anônimos. A única informação a ser levada em conta nas transações é o preço, despido da influência afetiva de outras formas de relação social. Se em t_0 produtores e atravessadores eram amigos ou, até mesmo, parentes, e se as ligações próximas da vida comunitária marcavam as transações, em t_1 eles se tratam como estranhos no galpão do mercado de morangos.

É instrutivo, então, pensar o cenário de Fontaines-en-Sologne em t_0 , antes da construção do novo mercado de morangos. Duas de suas características merecem destaque. Primeiro, deve-se ter em conta a maior re-

12. Neologismo originado na tradução do termo francês *événementielle*, que expressa uma dimensão da situação e dos eventos no debate dos historiadores. Essa noção se define relacionalmente com a dimensão macro da longa duração e da estrutura.

13. Sobre o quadro teórico proposto por Amable, no âmbito da economia política, ver Amable e Palombarini (2005).

levância do parentesco, de modo geral, em pequenas comunidades. Seguimos aqui a intuição antropológica de que grupos com pouca densidade demográfica têm o parentesco como base de suas hierarquizações e alianças/rivalidades, na falta de outros critérios mais salientes, como divisão do trabalho, por exemplo. Ao invés de serem governadas por princípios abstratos de mercado, é muito provável que as atividades econômicas estejam imersas – no sentido de Polanyi (1957, 2000) –, nas relações de consanguinidade. Segundo, deve-se igualmente destacar o papel dos laços sociais criados pelas interações repetidas. Central ao conhecido argumento de Granovetter (2007) sobre a importância de relações interpessoais no mercado de trabalho, na interligação de conselhos executivos de empresas e na relação entre fornecedores e empresas, esse aspecto também está presente no caso dos morangos. Agricultores de Fontaines-en-Sologne e atravessadores se encontram recorrentemente, possivelmente se tornando confidentes e amigos. A consideração exclusiva da maximização dos retornos no curto prazo é dificultada por esses laços.

Cabe, ainda, refletir sobre o arranjo no qual se dão essas interações e transações entre agricultores e atravessadores. A pesquisa na tradição da teoria do ator-rede enfatizaria que tanto o parentesco quanto a camaradagem se inserem tipicamente como elementos em arranjos adversos à ação de mercado. Embora Garcia não as descreva com o mesmo detalhamento que o mercado em t_1 , é possível realizar um exercício imaginativo sobre essas transações e interações em t_0 . Pode-se

conjecturar um encontro na casa do agricultor, localizada em sua propriedade, em que ambas as figuras conversam caminhando pelo campo ou dentro da casa. Trata-se de encontros privados (atravessadores indo à propriedade do agricultor), sem constrangimentos sobre o tema discutido (além de preços e quantias, eles podem falar sobre intimidades e desafetos, uma vez que estão sozinhos), em uma situação tipicamente doméstica (no conforto da sala de estar, dividindo um café ou qualquer outra bebida da comensalidade de franceses interioranos da década de 1970). As características desse arranjo misturam vários elementos e produzem uma ação difusa entre domesticidade e comércio, dificultando a emergência de uma ação circunscrita apenas por considerações econômicas.

Como seria possível, então, anonimizar velhos conhecidos, decantando a ação econômica? Aqui, é possível perceber o poder explicativo da ideia de agenciamento de mercado enquanto tarefa. São necessários variados investimentos para tal criação. No texto de Garcia, são salientes os esforços para produzir uma correspondência com os critérios de um mercado perfeito. O primeiro deles é a homogeneização do produto: as variadas espécies de morango cultivadas devem ser reduzidas e diferentes formas de embalar o produto devem ser padronizadas em uma única forma de embalagem com o mesmo peso. A esses elementos, devem-se acrescentar outros componentes subjacentes, garantidos por instâncias, como a ciência e o estado francês. Callon (1998) menciona uma lista introdutória para o enquadramento de mercado¹⁴: o papel dos direitos

14. Callon (1998) se baseia na ideia de enquadramento (*framing*) da sociologia interacionista de Erving Goffman (1974). Entretanto, ele modifica a sociologia da seletividade da experiência de Goffman, centrada nas formas de experiência da subjetividade humana, transformando-a em uma análise pós-humanista da seletividade da ação determinada pelas formas de arranjos que combinam humanos e objetos.

de propriedade, os quais garantem a atribuição dos efeitos das ações econômicas; a moeda, que possibilita o intercâmbio generalizado; os instrumentos técnico-científicos, que tornam possíveis a homogeneização das espécies cultivadas (agronomia) e das embalagens (equipamentos de pesagem); a preservação dos produtos (equipamentos de refrigeração), etc.

Além da mobilização desses elementos, o próprio desenho da interação no novo mercado é resultado de um esforço para traçar uma ação especificamente econômica. Garcia (2003) destaca o papel da arquitetura do galpão de vendas: vendedores embaixo e compradores em um piso superior, ambos com visão para o painel de cotação de preços. Vizinhos, primos e amigos não conseguem se identificar como tais nesse arranjo. Essa arquitetura depura o foco dos participantes, agora voltado exclusivamente às considerações econômicas. No momento das transações, os atores se comportam de acordo com a teoria econômica devido ao desenho do edifício no qual eles interagem. A atenção de Garcia a essa disposição das coisas constitui uma importante contribuição para o papel da materialidade envolvida na formatação das relações econômicas.

À luz da heurística negativa da teoria do ator-rede, essa lição merece ainda algumas qualificações. O termo *materialidade* é inadequado para expressar seu papel na teorização de Callon, se tomado como uma palavra definida em oposição ao mental, simbólico ou ideacional. Conforme colocado na presente discussão, o termo seria, na realidade, um artifício da *linguagem natural* para enfatizar que componentes não humanos são cruciais na definição do fluxo da ação, considerando que, com base na premissa da ontologia plana, a TAR enxerga tudo que compõe o agenciamento mercantil (pa-

redes, painel eletrônico, morangos, fazendeiros e compradores) em um mesmo plano existencial. Esse aspecto resulta em várias leituras imprecisas da contribuição da TAR à sociologia econômica. Um exemplo pode ser encontrado na revisão sobre sociologia de mercados de Fligstein e Dauter (2007, p. 118), na qual os autores caracterizam o trabalho de Callon pelo destaque ao “papel dos economistas (e outros) na criação de ferramentas *culturais* (ênfase minha) que efetivamente promovem o mercado em áreas como finanças” e avaliam que “essa perspectiva introduz uma espécie de dinamismo *cultural* (ênfase minha) nos processos de mercado e intensifica o papel da inovação tecnológica” (p. 118). Se entendermos a cultura como um patrimônio simbólico compartilhado, com base no qual enquadrámos a realidade e orientamos práticas, ela seria uma propriedade distintiva humana incompatível com o postulado da ontologia plana. Assim, na abordagem de Callon, a cultura pode ser considerada como um fator explicativo das práticas econômicas apenas em um sentido muito particular, como um elemento indistinto, despojado das características simbólicas que lhe são tipicamente atribuídas.

A terceira lição do caso dos morangos para o estudo da economia com a TAR destaca a performatividade da ciência econômica: esse campo do conhecimento não apenas descreve seu objeto, mas possui também um papel crucial na sua realização. A concepção intelectual do mercado de morangos veio da própria teoria econômica, por meio da atuação do assessor econômico da Câmara Regional de Agricultura. Garcia (2003, p. 34) esclarece que, “se as práticas mais imediatas guardam uma correspondência estrita com aquelas que a teoria econômica prevê, é que a própria teo-

ria econômica serviu de quadro de referências para instituir cada detalhe desse mercado computadorizado”. Foi o assessor econômico que introduziu no processo os conhecimentos da disciplina que serviram de base para o desenho do mercado. Foi dele a iniciativa mesma de converter o comércio regional dos morangos em um mercado de bolsa. Associado ao grupo de produtores entusiastas da ideia, o assessor foi uma peça chave para produzir esse raro formato de comercialização no mundo agrícola.

Essa lição está igualmente implicada nas premissas da teoria do ator-rede. Atendendo ao pressuposto da ontologia plana, não há distinção, em termos existenciais, no agenciamento mercantil, entre a materialidade do mercado e as ideias que o orientam. Segundo a premissa vitalista, de um cenário originário de multiplicidade, as ideias econômicas seriam mais um elemento no agenciamento que transformaria as agências e as organizaria de modo mercantil. Nesse sentido, como parte da rede sociotécnica, a ciência econômica seria performativa. Se a ciência econômica não pode ser uma descrição humana da realidade, ela tampouco pode ser uma ideologia de grupos dominantes, uma vez que isso significaria outorgar aos humanos propriedades distintivas nos processos econômicos. Aqui, temos outra fonte de imprecisões em algumas leituras dos trabalhos de Callon e cia., Mirowski e Nik-Khah (2007, p. 211), por exemplo, questionam a abordagem da performatividade e sugerem que seus resultados sejam “mais um exemplo de forças maiores determinando os resultados econômicos”. Na perspectiva da TAR, esse questionamento faz pouco sentido em virtude do ângulo conceitual promovido pela ontologia plana: não se trata de uma discordância substantiva, mas de um desentendimen-

to movido pelas distintas premissas de seus projetos teóricos.

Considerações finais

Este texto buscou apresentar algumas contribuições da teoria do ator-rede na sociologia econômica. A TAR surge como uma antropologia da ciência e da tecnologia enfatizando a dinâmica técnica e institucional. Seu escopo se amplia a partir da década de 1990, envolvendo objetos de variadas áreas: política, educação, comunicação, educação física, administração, entre outras. A noção de agenciamento é central em seu modelo explicativo: o formato do arranjo dos elementos heterogêneos determina os desfechos de uma situação, de acordo com certo programa de ação. As bases desse modelo explicativo podem ser encontradas nas premissas filosóficas da ontologia plana e do vitalismo. Inexistem diferenças entre humanos e não humanos, subjetividade e objetividade e, na mesma perspectiva, o mundo é concebido enquanto devir ou em permanente transformação e recombinação – com a provisória estabilização de determinadas formas.

O caso do mercado de morangos, investigado por Marie-France Garcia e discutido por Michel Callon no quadro da teoria do ator-rede, oferece um importante exemplo da expansão dessa corrente para outras áreas e disciplinas. A dinâmica de construção de um mercado – com similaridades ao que a teoria econômica chamaria de mercado perfeito –, permite o exame dos detalhes da aplicação da TAR na pesquisa em sociologia econômica. A descrição do caso destaca a importância do arranjo material envolvido na ação mercantil. Explícita, ainda, de que maneira a ciência econômica pode ser entendida como um elemento adicional

desse arranjo. Finalmente, o mercado de morangos mostra o esforço necessário para se produzir qualquer estabilização de forma. O mercado perfeito é uma tarefa, ilustrando como a criação de redes sociotécnicas não pode ser atribuída à emergência espontânea com base em certa característica da natureza humana.

Entender a ciência econômica como parte de um agenciamento é uma das contribuições mais originais da teoria do ator-rede em seus estudos sobre a economia. Todavia, salientamos aqui uma ressalva a essa proposta. Apesar de ter escapado ao radar de Callon, outro trabalho de Marie-Françoise Garcia (1996) fornece elementos adicionais para a reflexão sobre a performatividade. Em contraste com a valorização e a realização de um mercado perfeito, no caso do mercado de morangos, concepções alternativas das relações mercantis podem ser performadas em arranjos econômicos muito distintos. Recorrendo a um material de pesquisa do Nordeste brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, Garcia argumenta que a rejeição do mercado por operadores de política pública esteve associada à centralização da distribuição de gêneros alimentícios, a fim de racionalizar o suprimento e regular preços. Esse caso sugere uma importante lacuna na proposta de Callon, que tipicamente considera a teoria econômica no singular, quando essa disciplina é marcada, na realidade, por diversas correntes e variadas contradições internas¹⁵.

Como uma de suas frentes, a pesquisa deve, então, se concentrar no tipo de teoria econômica associada a determinado arranjo econômico. Pode-se reconhecer uma formulação bastante consensual sobre merca-

dos na teoria inserida no mercado de morango. Salvo economistas de inspiração marxista, talvez outros economistas concordariam que um mercado perfeito produziria o melhor resultado social. Entretanto, ainda assim haveria discordâncias. Mercados perfeitos seriam suficientemente numerosos e importantes para fazer alguma diferença? Caso não, e possivelmente eles reconheceriam que não, as falhas de mercados imperfeitos ou mais ou menos perfeitos seriam superiores ou inferiores a suas alternativas (como a ação do Estado, por exemplo)? Nesse debate, um economista heterodoxo tenderia a achar que as falhas de mercado são mais problemáticas em comparação ao que um economista ortodoxo admitiria. Enquanto esse detalhamento se mostra pouco necessário no caso dos morangos, o estudo de outros temas econômicos pode exigir um exame mais aprofundado da corrente de teoria econômica performada no agenciamento. Possivelmente, o estudo de cadeias globais de produção, depois da década de 1980, e das políticas de desenvolvimento de países asiáticos, depois da Segunda Guerra Mundial, revelaria duas formas de teoria econômica envolvidas, uma mais e outra menos entusiasta com arranjos de mercado.

Com base nos comentários do presente texto, é possível deslindar algumas perplexidades causadas pelos trabalhos de Michel Callon e companheiros na sociologia econômica. Considerando os elementos metateóricos discutidos, boa parte das críticas a essa corrente pode ser situada como críticas externas: na ausência de um terreno comum, em termos de premissas dos programas teóricos, a contestação à escola da performati-

15. Sobre as disputas entre diferentes correntes da ciência econômica no caso brasileiro, ver Loureiro (1997), Klüger (2011, 2017) e Cantu (2021).

vidade frequentemente a desafia com questões incongruentes com seu ângulo de visão conceitual. A crítica substantivista de Daniel Miller (2002), a crítica política de Mirowski e Nik-Khah (2007) e a crítica ao hiperconcretismo feita por Fine (2003, 2005) e Roberts (2012) partem, todas, de premissas distintas. Em comum, elas rejeitam a noção de ontologia plana e talvez tenham dificuldades com versões fortes do vitalismo. Por um lado, em seus paradigmas, a realidade é composta por alguma divisão entre humanos e não humanos – e as ciências sociais se definem justamente por investigar os poderes causais das propriedades dos primeiros em nossa existência coletiva. Entre essas propriedades, figuram laços afetivos, referências culturais, relações de poder, força da ideologia e estruturas de práticas sociais transituacionais. Por outro lado, o postulado da multiplicidade e devir pode conflitar com perspectivas que abordam fenômenos com uma aparência de longa durabilidade histórica, tal como o capitalismo. Aqui, o problema saliente é muito mais a mudança em seus aspectos estruturais do que o enrijecimento de formas econômicas sobre o pano de fundo de uma heterogeneidade e fluidez do real. Assim, alguns embaraços com a abordagem de Callon podem ser atribuídos à sua matriz filosófica, que contrasta com as bases dos paradigmas tributários de um cânone disciplinar de Marx-Weber-Durkheim. Em parte, as críticas constituem, então, reações de bases metateóricas distintas. Eventuais desentendimentos substantivos devem mais a premissas teóricas distintas do que a discordâncias de fato sobre o funcionamento da economia.

Se parte relevante das divergências e das incompreensões se deve às bases metateóricas fora do cânone, é possível, entretanto, indicar um conjunto de trabalhos que, por

sua vez, compartilha das premissas da TAR. Nessa tradição, destacam-se alguns trabalhos que, ao discutirem aspectos do capitalismo, prestar-se-iam a um diálogo em bases similares ao da escola da performatividade. Do clássico de Tarde (1902), passando por Deleuze e Guattari (1980), até formulações mais recentes, como Lazzarato (2006), constam ideias do capitalismo como enrijecimento de uma forma social cuja perversidade estaria principalmente em interromper a criatividade e capturar inovações. Esse viés crítico específico não entraria em choque com a perspectiva de Callon e atenderia o leitor com expectativas de uma posição normativa. Eis um caminho para um debate interno a esse paradigma vitalista, de ontologia plana. Ademais, alguns trabalhos sugerem que é possível incorporar algumas noções da TAR – por exemplo, o papel de arranjos de elementos heterogêneos e agenciamentos na conformação das práticas –, sem abandonar a premissa da existência de características distintivas humanas, como subjetividade e moralidade (DODIER; BARBOT, 2017). Essa orientação pode ser de valor para a pesquisa na sociologia econômica.

A discussão proposta neste artigo, além de introduzir o trabalho da escola da performatividade, alertou para os aspectos metateóricos de sua construção. Com essas questões em mente, o usuário da TAR pode usar suas ferramentas conceituais e metodológicas ciente de algumas de suas principais implicações, correspondências e incompatibilidades.

Referências

- AGAMBEN, G. *What is an apparatus? and other essays*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- ALATAS, S. F.; SINHA, V. *Sociological theory beyond the canon*. London: Palgrave, 2017.

- ALEXANDER, J. What is theory? *In: ALEXANDER, J. Twenty lectures: sociological theory since World War II.* New York: Columbia University Press, 1987, p. 1-21.
- AMABLE, Bruno. Morals and politics in the ideology of neo-liberalism. *Socio-Economic Review*, v. 9, n. 1, p. 3-30, 2011.
- AMABLE, B; PALOMBARINI, S. *L'économie politique n'est pas une science morale.* Paris: Raisons d'Agir, 2005.
- ANDION, C.; RONCONI, L., MORAES, R., GONSALVES, A.; SERAFIM, L. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmática. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 369-387, 2017.
- ANIEVAS, A; NIŞANCIOĞLU, K. *How the west came to rule: the geopolitical origins of capitalism.* London: Pluto Press, 2015.
- BEUSCART, J-S.; PEERBAYE, A. Histoires de dispositifs. *Terrains & Travaux.* Paris, v. 2, n.11, p.3-15, 2006.
- BHAMBRA, G. K. *Connected sociologies.* London: Bloomsbury Publishing, 2014.
- BIRCH, K.; MUNIESA, F. *Assetization: turning things into assets in technoscientific capitalism.* Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2020.
- BRYANT, L. R. *The democracy of objects.* Michigan: Open Humanities Press, 2011.
- CALLON, M. *L'emprise des marchés. Comprendre leur fonctionnement pour pouvoir les changer.* Paris: La Découverte, 2017.
- CALLON, M. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, Porto Alegre, n.19, p. 313-321, 2008.
- CALLON, M. What does it mean to say that economics is performative? *In: MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU, L. (Eds). 2007. Do economists make markets? on the performativity of economics.* Princeton: Princeton University Press, 2007, p. 311-357.
- CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. *In: PARENTE, A. Tramas da rede.* Porto Alegre: Sulinas, 2004, p. 64-79.
- CALLON, Michel. *The laws of the markets.* Oxford: Blackwell, 1998.
- CALLON, M.; AKRICH, M.; DUBUISSON-QUELLIER, S.; GRANDCLEMENT, C.; HENNION, A.; LATOUR, B.; MALLARD, A.; MEADEL, C.; MUNIESA, F.; RABEHARISOA, V. *Sociologie des agencements marchands: textes choisis.* Paris: Presses des Mines, 2013.
- CANTU, R. Os valores da intransigência: premissas normativas e controvérsias econômicas no Brasil. *Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas-RS, v. 9, n. 16, p. 12-51, 2021.
- CARNEIRO, M. S. A sociologia dos agenciamentos mercantis e a contribuição de Michel Callon para o estudo dos mercados. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 34, n. 3, p. 745-767, 2019.
- CARNEIRO, M. S. O papel dos dispositivos de prescrição e julgamento no funcionamento dos mercados: o caso da certificação florestal. *Revista TOMO*, São Cristóvão-SE, n. 30, p. 267-302, 2017.
- CARRUTHERS, B. G.; KIM, J-C. The sociology of finance. *Annual Review of Sociology*, San Mateo-USA, v. 37, p. 239-259, 2011.
- CHANIAL, P. *La sociologie comme philosophie politique. Et réciproquement.* Paris: La Découverte, 2011.
- CONNELL, R. *Southern theory.* Cambridge: Polity, 2007.
- DAVIS, G. F.; KIM, S. Financialization of the Economy. *Annual Review of Sociology*, San Mateo-USA, v. 41, p. 223-221, 2015.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mille plateaux.* Paris: Minuit, 1980.
- DILLON, M. *Introduction to sociological theory: theorists, concepts, and their applicability to the twenty-first century.* Chichester: John Wiley & Sons, 2014.

- DODIER, N.; BARBOT, J. A força dos dispositivos. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 487-518, 2017.
- FINE, Ben. Callonistics: a disentanglement. *Economy and Society*, London, v. 32, n. 3, p. 478-484, 2003.
- FINE, Ben. From actor-network theory to political economy. *Capitalism Nature Socialism*, Abingdon-UK, v. 16, n. 4, p. 91-108, 2005.
- FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The sociology of markets. *Annual Review of Sociology*, San Mateo-USA, v. 33, p. 105-128, 2007.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOURCADE, M. Theories of markets and theories of society. *American Behavioral Scientist*, USA, n. 50, p. 1015-1034, 2007.
- FOURCADE, Marion; HEALY, Kieran. Moral views of market society. *Annual Review of Sociology*, San Mateo-USA, v. 33, p. 285-311, 2007.
- GARCIA, M-F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-Sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 5-44, 2003.
- GARCIA, M-F. Représentations savantes et pratiques marchandes. *Genèses*, Paris, n. 25, p. 50-71, 1996.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Nova York: Harper Colophon Books, 1974.
- GOODY, J. *The theft of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/XPnDYztgpcR79zWtgkC-3z7f/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- JOAS, H.; KNOBL, W. O que é teoria? *In*: JOAS, H.; KNOBL, W. *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 15-34.
- KIVISTO, Peter. *Social theory: roots and branches*. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- KLÜGER, E. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. 2017. 855 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- KLÜGER, Elisa. As Sociologias da Ciência Econômica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, Rio de Janeiro, n. 72, p. 101-116, 2011.
- KRIPPNER, G. R.; ALVAREZ, Anthony S. Embeddedness and the intellectual projects of economic sociology. *Annual Review of Sociology*, San Mateo-USA, v. 33, p. 219-240, 2007.
- LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. *In*: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979, p. 109-245.
- LASH, S. Life (vitalism). *Theory, Culture & Society*, London, v. 23, n. 2-3, p. 323-329, 2006.
- LATOUR, B. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Ed. 34, 2016.
- LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba / Bau-ru: Edusc, 2012.
- LATOUR, B. "Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts". *In*: BLJKER, W. E.; LAW, J. *Shaping technology/building society: studies in sociotechnical change*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992, p. 225-258.
- LATOUR, B. *Les Microbes: guerre et paix, suivi de Irréductions*. Paris: Métailié, 1984. Tradução de Lucas Faial Soneghet. Disponível em: <https://blogdosociofilo.com>. Acesso em: 9 abr. 2017.
- LAURENT, B.; MALLARD, A. *Labelling the economy: qualities and values in contemporary markets*. Singapore: Palgrave MacMillan, 2020.
- LAUSTSEN, C.; LARSEN, L.; NIELSEN, M.; RAVN, T.; SØRENSEN, M. *Social theory: a textbook*. Abingdon-UK: Routledge, 2017.

- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEAL, S.; VARGAS, E. R. Democracia técnica e lógicas de ação: uma análise sociotécnica da controvérsia em torno da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital-SBTVD. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 239-276, 2011.
- LEZAUN, J. Actor- Network Theory. *In: BENZECRY, C.; KRAUSE, M.; REED, I. Social theory now*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017, p. 305-336.
- LIMA, N.; VAZATA, P.; OSTERMANN, F.; CAVALCANTI, C.; MORAES, A. Educação em Ciências nos tempos de pós-verdade: reflexões metafísicas a partir dos estudos das ciências de Bruno Latour. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 155-189, 2019.
- LOUREIRO, M. R. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU, L. (Eds.). 2007. *Do economists make markets? on the performativity of economics*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- MILLER, D. Turning Callon the right way up. *Economy and Society*, London, v. 31, n. 2, p. 218-233, 2002.
- MIROWSKI, P.; NIK-KHAH, E. Markets made flesh: performativity, and a problem in science studies, augmented with consideration of the FCC auctions. *In: MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU, L. Do economists make markets? On the performativity of economics*. Princeton: Princeton University Press, 2007, p. 190-224.
- MORAES, R.; ANDION, C.; PINHO, J. Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. *Cadernos EBAPE*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 846-876, 2017.
- MUNIESA, F. *The provoked economy: economic reality and the performative turn*. London: Routledge, 2014.
- NAHOUM, A. V. A sociologia econômica no Brasil: balanço de um campo jovem. *In: MICELI, S.; MAR-*
- TINS, C. B. Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017, p. 15-86.
- NEVES, F.; SÁ, G. Sociologia simétrica. *In: SELL, C. E.; MARTINS, C. B. Teoria Sociológica Contemporânea: autores e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2017, p. 95-114.
- ONTO, G. Dispositivos da concorrência: como e em que medida a política antitruste faz mercados. *Revista Tomo*, São Cristóvão-SE, v. 30, p. 45-67, 2017a.
- ONTO, G. O agente econômico e suas relações: identificando concorrentes na política antitruste. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, p. 109-130, 2017b.
- ONTO, G. O mercado como um contexto: delimitando o problema concorrencial de uma aquisição empresarial. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 22, p. 155-184, 2016.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 [1944].
- POLANYI, K. The economy as an instituted process. *In: POLANYI, K.; ARENSBERG, K.; PEARSON, H. (Eds.). Trade and Market in the Early Empires*. Glencoe, IL: The Free Press, 1957, p. 243-269.
- PORTES, A. *Economic sociology: a systematic inquiry*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- POSSAS, M. Concorrência schumpeteriana. *In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia Industrial*. São Paulo: Elsevier, 2013, p. 245-252.
- RITZER, G.; STEPNIISKY, J. *Sociological Theory*. Los Angeles: Sage, 2018.
- RITZER, G. *Explorations in social theory: from metatheorizing to rationalization*. London: Sage, 2001.
- ROBERTS, J. M. Poststructuralism against poststructuralism: Actor-network theory, organizations and economic markets. *European Journal of Social Theory*, Ovidius University of Constanta, Constanta (RO), v. 15, n. 1, p. 35-53, 2012.
- SAMUELSON, P. *Economics*. New York: McGraw-Hill, 1973.

- SILVEIRA, R.; STIGGER, M. P.; MYSKIW, M. Multiplicando as ciências: um estudo etnográfico sobre fazeres científicos da educação física. *Movimento*, Porto Alegre, v. 25, e25019, p. 1-12, 2019.
- SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- STEINER, P. Les sociologies économiques relationnelles: réflexions sur trois ouvrages récents. *Revue Française de Socio-Économie*, Lille-FR, n. 2, p. 185-196, 2018.
- SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.
- TARDE, G. *Monadologia e sociologia: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007 [1901].
- TARDE, G. *Psychologie économique*. Paris: Félix Alcan, 1902.
- TSALLIS, A.; FERREIRA, A.; MORAES, M.; ARENDT, R. O que nós psicólogos podemos aprender com a teoria ator-rede. *Interações*, Campo Grande, n. 22, p. 57-86, 2006.
- VANDENBERGHE, F. Pós-humanismo ou a lógica cultural do neocapitalismo global. São Paulo: Annablume, 2017.
- VANDENBERGHE, F. Metateoria, teoria social, teoria sociológica: prefácio à tradução brasileira. In: VANDENBERGHE, F. *Uma história filosófica da sociologia alemã*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 1-37.
- VANDENBERGHE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 315-366, 2006.
- WILKINSON, J. Sociologia econômica e agroindústria. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 81-90, 1996.
- ZOURABICHVILI, F. O que é um devir para Gilles Deleuze? Tradução de Diogo Corrêa. *Blog do Sociofilo*, 09 dez. 2019. Disponível em: <https://blog-dosociofilo.com/2019/12/09/o-que-e-um-devir-para-gilles-deleuze-por-francois-zourabichvili/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

RESUMO

A sociologia econômica foi uma das áreas influenciadas pela teoria do ator-rede (TAR) por meio dos trabalhos de Michel Callon e colegas. Com contribuições inovadoras, essa teoria também despertou perplexidade. Este artigo busca apresentar criticamente a aplicação da TAR nos objetos e no debate da sociologia econômica. Como material, utilizamos vários textos de Callon e da tradição da TAR. Primeiro, são examinados alguns elementos metateóricos da TAR, nomeadamente a adesão à ontologia plana e ao vitalismo. Segundo, para apresentar a contribuição de Callon e colegas, são discutidas três lições derivadas da TAR no debate da sociologia econômica: o caráter induzido e não espontâneo do mercado, a materialidade do enquadramento mercantil e a performatividade da ciência econômica. Finalmente, são fundamentados tanto o potencial de suas ferramentas conceituais e metodológicas quanto a perplexidade de alguns críticos no núcleo teórico da TAR, que a distingue das bases do cânone na sociologia.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria do ator-rede. Sociologia econômica. Metateoria. Performatividade. Mercados.

ABSTRACT

Economic sociology was one of the areas influenced by actor-network theory (ANT), through the work of Michel Callon and colleagues. With its innovative contributions, it also provoked some puzzlement. This article aims to critically present the application of ANT to objects and the debate of economic sociology. We draw on various texts from Michel Callon and the ANT's tradition. First, some metatheoretical elements of ANT are examined, namely flat ontology and vitalism. Second, for presenting the contribution of Callon and colleagues, we discuss three lessons derived from ANT in economic sociology: the induced and non-spontaneous character of the market, the materiality of the market framework and the performativity of economics. Finally, we ground both the potential of its conceptual and methodological tools and the perplexity of some critics in the theoretical core of ANT, which distinguishes it from the foundations of the canon in sociology.

KEYWORDS

Actor-network theory. Economic sociology. Metatheory. Performativity. Markets.

Recebido em: 13/08/2021

Aprovado em: 15/06/2022

